



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 13 de agosto de 2012

JORNAL DO COMMERCIO IBGE	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Expectativa otimista do governo contrasta com projeções do BC	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO IPI	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Comércio exterior	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Duas rodas	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Emprego cai pelo quarto mês seguido	7
ECONOMIA	
A CRITICA MERCOSUL	8
BRASIL & MUNDO	
AMAZONAS EM TEMPO Sérgio Frota	9
PLATÉIA	
AMAZONAS EM TEMPO MUDANÇAS	10
MUNDO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Queda na atividade econômica reduz em 72% as vagas do primeiro emprego	11
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Legislação, Estado e empresas protegem mal o design industrial	12
BRASIL	

IBGE

Emprego na indústria tem quarta queda consecutiva

Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, divulgados na sexta-feira (10) pelo IBGE mostra que junho foi o quarto mês consecutivo em que o emprego no setor registrou resultado negativo, o que acumula perda de 1,2% no período.

Página A8

Frente & Perfil

Cofres fechados

Apesar de manter o nível de faturamento e empregar hoje mais de 117 mil pessoas, o melhor nível de emprego da história, o Polo Industrial de Manaus (PIM) está com os cofres fechados para a campanha eleitoral. Políticos tradicionalmente apoiados por empresas ali instaladas, como o vereador Masami Miki (PSL), andam reclamando dos recursos mingua-

dos com que as multinacionais estão acenando este ano.

das "facadas" e se refugiando em apartamentos no eixo Rio-São Paulo-Miami.

Justificativas

A crise europeia e o aumento da inadimplência no país acenderam o sinal amarelo no PIM, afetando diretamente as contribuições de campanha. Gigantes como a Moto Honda estão fechadas em copas. Isso ajuda a explicar a campanha morna e lisa que se vê nas ruas.

Empreiteiras

Com o PIM segurando as contribuições, cresce a pressão sobre as empreiteiras. Empresários do ramo estão correndo

Expectativa otimista do governo contrasta com projeções do BC

*REGINALDO GONÇALVES

O boletim FOCUS publicado pelo Banco Central dia 9 último faz cair por água abaixo a meta do governo quanto ao crescimento de 4% a 4,5% do PIB em 2012, conforme vem divulgando o ministro da Fazenda em reuniões com o empresário, tentando minimizar os problemas que o país vem enfrentando com os reflexos internacionais, principalmente nos mercados europeu, norte-americano

e chinês. A promessa de manter índices mais altos de expansão econômica parece ser a única preocupação de Guido Mantega, que se coloca como alavanca desse processo.

No entanto, tal objetivo esbarra em questões mais complexas, que poderão causar maiores problemas para a economia, pois, para aumento do PIB, precisa haver produção e o estímulo do consumo de maneira equili-

brada. Caso contrário, gera-se inflação. A primeira atitude do governo, porém, foi estimular o consumo de modo desordenado, inclusive das classes C e D, reduzindo os juros. A pressão da presidente Dilma Rousseff para a queda da Selic e das taxas reais praticadas pelos bancos estatais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) forçou o mercado financeiro a rever seus conceitos relativos a concessão de crédito. A própria FEBRABAN já vinha alertando quanto ao aumento significativo da inadimplência, problema divulgado pelo próprio Banco

Central. O índice chegou ao patamar de 6% para as pessoas físicas em maio último.

Com a confirmação pelo boletim FOCUS de que a evolução do PIB deve girar em torno de 2,01% este ano, fica claro que todas as medidas não foram estratégicas e sim paliativas, ou seja: queda dos juros, redução do IPI para automóveis, linha branca e móveis, mudanças na tributação do INSS, substituído-se, em alguns segmentos, a contribuição patronal de 20% para um fator equivalente a 1% a 2,5% do faturamento e ampliação dos prazos de ven-

cimento dos impostos. Além de tudo isso, o governo reduziu a forma de remunerar a poupança e pensa em mudar o sistema previdenciário a partir de agosto.

O controle da inflação somente ainda está sendo possível em virtude da manutenção em alta da empregabilidade e do sacrifício financeiro da Petrobras, que não repassa o aumento

dos preços internacionais às bombas, por motivos exclusivamente políticos, além da pressão em seu fluxo de caixa, que não permite novas estratégias futuras, conforme apontou uma nova análise do seu plano de negócios, divulgado ao mercado por sua presidente, Mara das Graças Foster, no valor de US\$ 236,5 bilhões.

é coordenador de Ciências Contábeis da FASM (Faculdade Santa Marcelina).

IPI

Mesmo com redução, setor de linha branca faz reajuste

Quem acreditou na promessa do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que os eletrodomésticos ficariam mais baratos com o corte de IPI, percebeu que em vez de cair, alguns preços subiram. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), geladeiras e máquinas de lavar tiveram os preços reajustados para cima

em julho. A nota fiscal de fogões e móveis também mostrou aumento nos primeiros sete meses do ano, de acordo com o IBGE.

A inflação de eletrodomésticos e equipamentos calculada pelo instituto subiu 0,22% em julho sobre o mês anterior, ajudando a pressionar o IPCA (Índice de Preços ao Consumi-

dor Amplo). Após o corte de IPI, as lavadoras ficaram 0,29% mais caras, com reajuste de 0,64% somente em julho. Já o preço dos fogões cresceu 0,42% de abril a julho e dos móveis, 0,13%. Em sentido oposto, o preço das geladeiras caiu 3,09% depois do pacote, mas registrou leve aumento de 0,09% no mês passado.

Os cortes de imposto para móveis e eletrodomésticos da linha branca foram anunciados no dia 26 de março deste ano. Ao custo de mais de meio bilhão de reais, o governo baixou o tributo industrial de lavadoras à metade, zerou o tributo sobre fogões e móveis e eliminou dois terços do IPI de geladeiras. A lógica por trás da

medida era reduzir os preços para estimular o consumidor a ir às lojas, turbinando as vendas e a produção destes produtos. Com isso, a roda da economia acelera, impedindo demissões de trabalhadores.

Os números representam mais um revés para a sociedade em relação aos pacotes de estímulo ao consumo anuncia-

dos pelo governo no primeiro semestre. Outro problema foi a decisão da General Motors de criar um programa de demissão voluntária para 900 funcionários, apesar do corte de IPI de automóveis. Após reunião com executivos da companhia, Mantega considerou "muito bem sucedido" o programa de estímulo às montadoras.

Comércio exterior

Exportações chinesas têm forte desaceleração e sobem 1% em julho

As exportações da China cresceram 1% em julho com relação ao mesmo mês de 2011, contra o índice de 11,3% que fora registrado em junho. O resultado confirma a desaceleração da economia do país asiático, que a segunda maior economia do mundo.

Segundo os dados divulgados hoje pela Administração Geral de Alfândegas, as vendas para o exterior no mês de julho alcançaram US\$ 176,9 bilhões. O número é o menor dos últimos seis meses e ficou abaixo das expectativas dos analistas.

O superavit foi de US\$ 25,1 bilhões, mas especialistas previam um número de US\$ 35,2 bilhões, de acordo com pesquisa

organizada pela agência Dow Jones. Em comparação com junho deste ano, o valor foi 16,8% menor.

As importações, por outro lado, cresceram 4,7% com relação a julho do ano passado, atingindo o valor total de US\$ 151,8 bilhões. Um mês antes, as importações haviam aumentado 6,3%.

Impacto

O número ruim da balança comercial chinesa provocou queda nas bolsas asiáticas e em algumas europeias. O país sofre os efeitos da crise da dívida pública na Europa, com queda de 3,6% nas exportações em relação a 2011, que já havia registrado redução.

Em compensação, os Estados Unidos voltaram a comprar dos chineses, o que provocou um aumento de 11,4% das exportações para os americanos.

Os números ruins mostram que as medidas do governo chinês para lidar com a crise ainda não surtiram efeito, o que pode levar a novas medidas de reativação econômica. O PIB do país no primeiro semestre cresceu 7,6%, o pior índice desde fevereiro de 2009. Também houve desaceleração na produção industrial, com alta de 9,2% no interanual, assim como as vendas no varejo, com 13,1%, ambos com o nível mais baixo desde janeiro de 2010.

Duas rodas

Indústria de motos cobra incentivo e mais financiamento do governo

A indústria brasileira de motocicletas recorreu ao governo federal e aos bancos para tentar reverter um cenário que já mostra uma baixa de 15,8% na produção e de 17,6% nas vendas às concessionárias neste ano até julho, ante igual período de 2011. Sem muito alarde, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo) entregou ao governo um pedido para a criação de medidas específicas ao setor, como já ocorreu com o setor de veículos.

"O que pleiteamos junto ao governo são ações temporá-

rias para incentivar o setor a superar essa situação difícil. Apresentamos ainda um raio X da cadeia e o pedido está em análise", afirmou José Eduardo Gonçalves, diretor executivo da Abraciclo, sem, no entanto, detalhar quais medidas foram solicitadas. O desempenho do setor neste ano fez a Abraciclo rever as estimativas, do início do ano, que previam uma alta de 5% na produção e nas vendas ante 2011, para uma queda de 10% a 15%.

Como 80% das vendas de motos são financiadas e diante de um cenário no qual apenas 20% dos pedidos são aprovados pelas institui-

ções financeiras, a Abraciclo realizou ainda reuniões com grandes bancos para, segundo Gonçalves, "buscar uma maneira de flexibilizar o crédito" para o setor. "Os bancos explicaram que existe uma medida restritiva e mais criteriosa para o financiamento no setor. Porém, explicaram que vários pedidos não são aprovados em função de falhas no preenchimento de fichas", explicou.

A partir das conversas, a Abraciclo repassou às montadoras associadas, e essas para as distribuidoras, uma série de diretrizes para tentar ampliar a concessão de crédito.

Emprego cai pelo quarto mês seguido

Variação negativa foi de 0,2% em relação a maio e de 1,8% na comparação com o mês de junho de 2011

O nível de emprego na indústria voltou a apresentar queda em junho, com variação negativa de 0,2% em relação a maio e de 1,8% na comparação com o mês de junho de 2011. De acordo com os números da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, divulgados na sexta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), junho foi o quarto mês consecutivo em que o emprego no setor registrou resultado negativo, o que acumula perda de 1,2% no período.

No confronto com igual mês do ano anterior, a taxa de junho foi a nona a apresentar resultado negativo e a mais intensa desde dezembro de 2009, quando a queda foi de 2,4%. A trajetória descendente também foi observada no índice acumulado dos últimos 12 meses, com um recuo de 0,6% em junho.

De acordo com o IBGE, o número de trabalhadores empregados na indústria apresentou queda em junho em 12 dos 14 setores pesquisados, na comparação com o mesmo mês de 2011.

O maior impacto foi a queda de 3,5% no nível de emprego industrial no estado de São Paulo, onde o pessoal ocupado caiu 16,9% no setor de metalurgia básica, 14,7% nas indústrias de produtos de metal e 10,2%

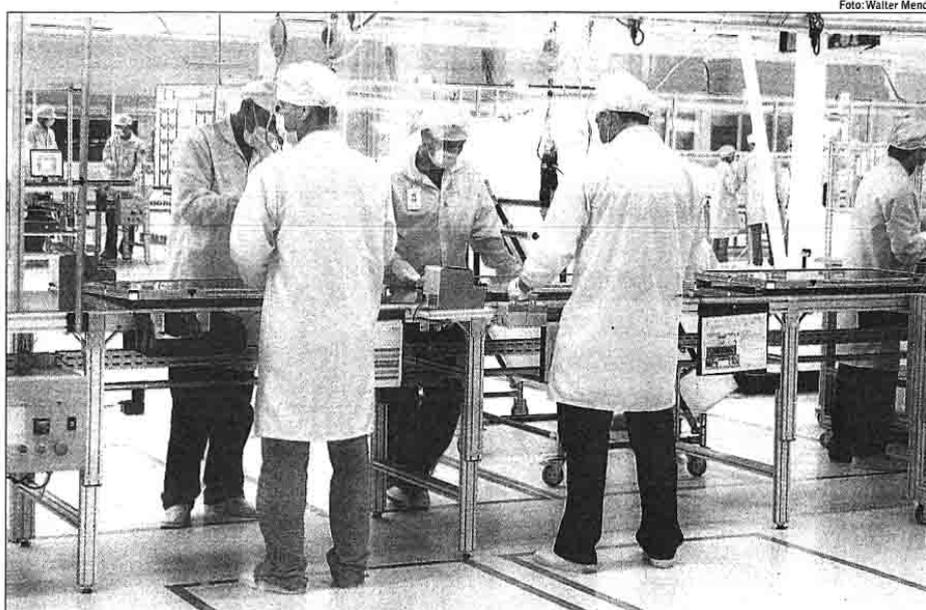


Foto: Walter Mendes

O número de trabalhadores empregados na indústria apresentou queda em junho em 12 dos 14 setores pesquisados

no de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de telecomunicações.

Os estados do Paraná, com 1,8%, e de Minas Gerais, com 0,3%, foram os que deram contribuição positiva em junho para o nível de emprego

industrial do país, tendo como base a comparação com o mês de maio.

Segundo o IBGE, os destaques foram o aumento de 38,1% no pessoal ocupado no ramo de máquinas e aparelhos eletroeletrônicos da indústria

paranaense, e de 8,6% nas indústrias extrativas e 6,8% em produtos de metal, no caso de Minas Gerais.

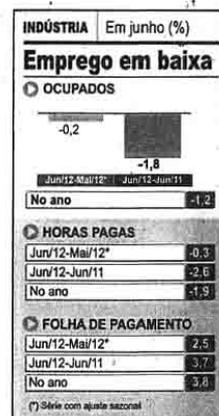
O número de horas pagas aos trabalhadores da indústria registrou em junho uma variação negativa de 0,3% em

relação a maio, descontadas as influências sazonais. De acordo com o IBGE, foi a quarta taxa negativa consecutiva do ano. No confronto com junho de 2011, o número de horas pagas caiu 2,6%.

O valor da folha de paga-

mento real dos trabalhadores da indústria avançou 2,5% ante maio, após registrar taxas negativas por três meses consecutivos, período em que a queda acumulou 3,4%.

No confronto com junho de 2011, o valor da folha de pagamento real cresceu 3,7%, no trigésimo resultado positivo seguido nesse tipo de comparação. Aumentos no valor da folha de pagamento em diversos setores industriais dos estados de São Paulo, Minas Gerais e do Paraná foram os que exerceram, segundo a pesquisa do IBGE, maior influência sobre o resultado nacional.



Manaus, segunda-feira, 13 de agosto de 2012.

MERCOSUL

Venezuela é incluída no bloco

Ingresso jurídico acontece nesta segunda-feira, mas ajustes têm que ser feitos nas nomenclaturas

SÃO PAULO (FOLHAPRESS) - A incorporação jurídica da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul) acontece nesta segunda-feira (13). A adesão ocorreu no último dia 31, em uma cerimônia em Brasília, mas o interstício entre o ingresso negociado e o jurídico foi causado pe-

la necessidade de serem cumpridos os prazos, conforme as regras do bloco econômico.

Na última sexta-feira, uma comissão técnica, nomeada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, começou a estudar os aspectos que têm de ser adequados às normas do bloco. Pa-

ralemamente, há uma orientação dos presidentes Dilma Rousseff, Cristina Kirchner (Argentina) e José Pepe Mujica (Uruguai) para que todos se empenhem para colaborar com a Venezuela nos estudos para a adição da nomenclatura do bloco até dezembro de 2012.

A nomenclatura é a adequação dos produtos comercializados com os códigos adotados no Mercosul. Pelo planejamento inicial, a prioridade é incluir na lista de produtos comercializados entre a Venezuela e os demais integrantes as mercadorias cujas taxas estão próximas

Saiba mais

>> Chávez destaca feito

As negociações para a adesão da Venezuela levaram seis anos. Nos últimos dias, Hugo Chávez, que está há menos de dois meses das eleições presidenciais, destacou o ingresso da Venezuela no Mercosul. Segundo ele, serão concedidos estímulos para os produtores rurais e empresários para que invistam visando a integração e o comércio no bloco.

às cobradas pelo Mercosul, que variam de 10% a 12,5%. Na Venezuela, a média cobrada é de 12%.

A ideia é incorporar os produtos venezuelanos, mas com tolerância de variação de 2%. O livre comércio na região, denominado liberalização, deve ser adotado após a conclusão do processo de regularização da nomenclatura. A previsão é que ocorra a partir de janeiro de 2013, embora no Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul o prazo final seja de quatro anos, mas há um esforço para antecipar esse prazo.

Sérgio Frota

Zona Franca

Atual crise econômica europeia, que vem causando impactos em mercados de todo o mundo, levou muitos países a buscar a diversificação de suas relações comerciais. Este é o caso do Reino dos Países Baixos (Holanda), que vê no Brasil o mercado promissor para investimentos, e a Zona Franca de Manaus desponta como um dos locais mais propícios ao empresariado holandês.

• Como forma de analisar as melhores regiões do país para investir, uma comitiva formada pelo embaixador do Reino, em Brasília, Kees Rade, e pelo cônsul holandês em Manaus, Vitório Nyenhuis, se reuniu na semana passada com o superintendente da Suframa em exercício, Gustavo Igrejas, e com técnicos da autarquia. Durante o encontro, diversas questões foram discutidas, dentre elas a segurança jurídica do modelo ZFM e o atual momento econômico do PIM.

EMERSON MEDINA

Superintendente em exercício da Suframa, Gustavo Igrejas ouve do embaixador da Holanda, Kees Rade, dúvidas sobre o funcionamento do modelo ZFM, ao lado do cônsul da Holanda em Manaus, Vitório Nyenhuis



MUDANÇAS

Juridicamente, Venezuela será incorporada ao Mercosul hoje

Juridicamente, a incorporação da Venezuela no Mercosul será hoje. A adesão ocorreu no último dia 31, em uma cerimônia em Brasília, mas o interstício entre o ingresso negociado e o jurídico foi causado pela necessidade de serem cumpridos os prazos, conforme as regras do bloco. Na última sexta-feira (10), uma comissão técnica, nomeada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, começou a estudar os aspectos que têm de ser adequados às normas do bloco.

Paralelamente, há uma orientação dos presidentes Dilma Rousseff, Cristina Kirchner (Argentina) e José Pepe Mujica (Uruguai) para que todos se empenhem para colaborar com a Venezuela nos estudos para a adição da nomenclatura do bloco até dezembro de 2012.

A nomenclatura é a adequação dos produtos comercializados com os códigos adotados no bloco. Pelo planejamento inicial, a prioridade

é incluir na lista de produtos comercializados entre a Venezuela e os demais integrantes do bloco as mercadorias cujas taxas estão próximas às cobradas pelo Mercosul que variam de 10% a 12,5%.

O livre comércio na região,

ATÉ 2012

Há uma orientação dos presidentes do Brasil, Dilma Rousseff; da Argentina, Cristina Kirchner; e do Uruguai, Pepe Mujica, para que todos colaborem com a Venezuela na adição da nomenclatura ao bloco

denominado liberalização, deve ser adotado após a conclusão do processo de regularização da nomenclatura. A previsão é que ocorra a partir de janeiro de 2013, mas pelo Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul o prazo final é de quatro anos.

DIVULGAÇÃO



Chaves nomeou uma comissão técnica para estudar adequações

Queda na atividade econômica reduz em 72% as vagas do primeiro emprego

FOTO Raimundo Valentim

MANAUS

A queda na atividade econômica reduziu 72,3% o número de contratados para o programa primeiro emprego e em 41,4% os adolescentes do programa jovens aprendizes no primeiro semestre. De acordo com os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o número de pessoas que ingressou no mercado de trabalho por meio do primeiro emprego passou de 51,6 mil, em 2011, para 14,2 mil no período.

A indústria foi a que mais reduziu as contratações de funcionários sem experiência, com uma queda de 76% de janeiro a junho de 2012. No período, foram apenas 3.395 jovens chamados para trabalhar, principalmente, nas fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM). No ano passado, o número foi de 14.223.

O comércio também diminuiu as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, com 70,6% a menos de postos disponíveis em igual período, quando 4.453 colaboradores tiveram a carteira assinada pela primeira vez.

Na avaliação do diretor da Targo Consultoria, Carlos Eduardo Oshiro, a retração está mais ligada ao momento da economia do que à qualificação da mão de obra. Segundo ele, no primeiro emprego há uma remuneração menor, até mesmo pela falta de experiência, por isso essa questão não chega a emperrar as contratações.

"Dependendo da cultura da empresa, têm as que valorizam mais a experiência, como é o caso das indústrias, pelo próprio fato de geralmente precisar de conhecimentos mais específicos nas linhas de montagem e nos demais processos produtivos", explicou.

O presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM), Ail-



CONJUNTURA
Estriamento da atividade econômica no País refletiu na indústria local

O setor industrial foi o que mais diminuiu as contratações de funcionários sem experiência no primeiro semestre do ano

OS NÚMEROS

14.200

postos de trabalho para jovens foram criados no primeiro semestre deste ano, contra 51,6 mil, em 2011, segundo dados do MTE.

3.395

jovens foram contratados no primeiro semestre deste ano no setor industrial, ante 14.223 no mesmo período do ano passado.

son Nogueira, corroborou com a visão de Oshiro, ao afirmar que não é a falta de qualificação que reduziu as admissões no primeiro emprego.

"Esse momento não é oportuno para contratar nem com qualificação e, principalmente, sem qualificação. A nossa atividade industrial não está bem e, por consequência, o comércio também reduz o ritmo de contratações", analisou.

As contratações de pessoas sem experiência anterior dimi-

nuíram 71,2% no setor de serviços e 76,4% na agropecuária.

Jovem Aprendiz

O número de pessoas entre 14 e 24 anos inseridas no mercado de trabalho por meio do programa Jovem Aprendiz caiu quase pela metade no primeiro semestre de 2012, se comparado com o mesmo intervalo do ano passado. Dados repassados pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) apontam que

FRASE



Ailson Nogueira.
Pres. do Corecon

Esse momento não é oportuno para contratar nem com qualificação e, principalmente, sem qualificação. A nossa atividade industrial não está bem e, por consequência, o comércio também reduz o ritmo de contratações"

860 jovens conseguiram o primeiro emprego por meio da Lei 10.097/2000 na primeira metade deste ano, enquanto em 2011, em igual período, a quantidade havia sido de 1.459.

A meta de inserção da SRTE para esses jovens nas empresas do Amazonas era de, pelo menos, 2,4 mil contratados no primeiro semestre, mas apenas 35% dessa expectativa foi atingida pelo programa. O maior número de contratações aconteceu no mês de junho, quando 236 jovens conseguiram um emprego pela modalidade.

Para o superintendente da SRTE, Dermilson Chagas, as empresas só contratam jovens aprendizes por força de lei e não porque precisam. Segundo ele, um dos benefícios é que o aprendiz se molda dentro de uma política específica da empresa, voltada para o campo de atuação da companhia.

Legislação, Estado e empresas protegem mal o design industrial

▼ No País só existem três delegacias especializadas em crimes no segmento

TEXTO Agência Brasil
FOTO Jair Araújo/29/04/2011

BRASÍLIA

Brasil é bastante vulnerável à prática de cópias ilegais de desenhos industriais. Além de as empresas nacionais não terem o hábito de registrar os designs criados, a imitação ilegal é tolerada no mercado interno, não há fiscalização efetiva das fraudes, a Justiça não tem estrutura para apurar processos, há muita burocracia nos registros e a lei é branda com quem a infringe, conforme análise de designers, técnicos em propriedade industrial, advogados e juíza federal ouvidos pela Agência Brasil.

“Há uma falha na abordagem desses assuntos, para que a sociedade como um todo compreenda todo o complexo de situações que está por trás de um caso de pirataria industrial e como isso pode afetar o nosso dia a dia”, avalia Liliane Roriz de Almeida, desembargadora da 21ª Vara da Justiça Federal.

Liliane de Almeida dirige a única vara federal especializada em litígios de propriedade industrial. Além de juizes, faltam peritos judiciais. “São ra-

FRASE



Liliane Roriz.

Design Industrial
Há uma falha na abordagem desses assuntos, para que a sociedade compreenda o que está por trás de um caso de pirataria industrial”

ríssimos. Há menos de uma dezena em todo o País”, disse Susana Serrão, coordenadora geral de Indicações Geográficas e Registros do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).

A situação do Judiciário não é melhor que a das delegacias. Conforme o Ministério da Justiça, em todo o Brasil há apenas três delegacias especializadas em crimes contra a propriedade imaterial (Rio de Janeiro, Recife e Brasília).



PENAS BRANDAS
Lei de Propriedade Industrial brasileira prevê penas de três meses a um ano de cadeia

Especialistas se queixam de deficiências da Justiça, dos órgãos de fiscalização e da legislação branda na punição a infratores